

Morte da individualidade: “Apeiron” de Caio Fernando Abreu na contemporaneidade

Death of Individuality: “Apeiron” by Caio
Fernando Abreu in Contemporary Times

Mairim Linck Piva¹ 
Raquel Barros Paes¹ 

¹Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil

E-mails: mairimpiva@furg.br; raquelbarrospaes@gmail.com

RESUMO: O artigo analisa, sob a perspectiva do imaginário de Gilbert Durand (2012), o conto “Apeiron”, do escritor Caio Fernando Abreu, produzido no período mais repressor da ditadura militar brasileira. Considerando o entrelaçamento entre a literatura do autor e o cenário em que estava inserido, estabelece-se um paralelo com o governo presidencial brasileiro de 2019-2022, em relação ao objetivo compartilhado de homogeneizar a sociedade de acordo com valores sociais pré-estabelecidos. O artigo, usando como aporte teórico a teoria de biopoder de Michel Foucault (2005), o conceito de necropolítica cunhado por Achille Mbembe (2018) e as considerações de Maria José Rezende (2013) quanto à pretensão de legitimidade e estratégias psicossociais da ditadura, além dos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021; 2022; 2023), aponta como o regime ditatorial usava estratégias psicossociais para alcançar seu propósito, enquanto o governo federal de 2019 a 2022 lançava mão de mecanismos necropolíticos, trazendo ainda diversas representações imagéticas da morte da individualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Apeiron; Imaginário; Individualidade; Caio Fernando Abreu; Ditadura.

ABSTRACT: The article analyzes, from the perspective of Gilbert Durand’s imaginary (2012), the short story “Apeiron” by the writer Caio Fernando Abreu, produced during the most repressive period of the Brazilian military dictatorship. Considering the intertwining between the author’s literature and the context in which it was situated, a parallel is drawn with the Brazilian presidential government from 2019 to 2022, regarding the shared objective of homogenizing society according to pre-established social values. The article, using as theoretical support Michel Foucault’s theory of biopower (2005), the concept of necropolitics coined by Achille Mbembe (2018), and Maria José Rezende’s (2013) considerations on the claim to legitimacy and psychosocial strategies of the dictatorship, along with data from the Brazilian Forum on Public Security (2021; 2022; 2023), points out how the dictatorial regime employed psychosocial strategies to achieve its goals, while the federal government from 2019 to 2022 utilized necropolitical mechanisms, also presenting various imagery representations of the death of individuality.

KEYWORDS: Apeiron; Imaginary; Individuality; Caio Fernando Abreu; Dictatorship.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

MLP: conceptualização, aquisição de financiamento, administração do projeto, supervisão, escrita – análise e edição.

RBP: conceptualização, investigação, escrita – rascunho original.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS. 2022-2023. Edital Fapergs 01/2022 – Probiic/Probiti. Processo Proa Nº 22/2551-0000745-7.

COMO CITAR

PIVA, Mairim Linck; PAES, Raquel Barros. Morte da individualidade: “Apeiron” de Caio Fernando Abreu na contemporaneidade. *Revista da Anpoll*, v. 55, e1991, 2024. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v55.1991>

1 Simetrias políticas e o imaginário em Caio Fernando Abreu

“Eu quero biografar o humano do meu tempo”. (Abreu, 1996, p. 51). O desejo expresso pelo autor sul-rio-grandense Caio Fernando Abreu demonstra a profundidade em que ambicionava entrelaçar a perspectiva humana à sua literatura. Considerando que a subjetividade humana constrói-se a partir do seu contexto sócio-histórico-cultural, concebe-se que o cenário em que Abreu estava inserido foi intensamente atrelado às suas obras.

O livro *O inventário do irremediável*, escrito e publicado durante o período mais repressor do regime militar, 1968 a 1973, é exemplo desse atrelamento. Como comentado pelo próprio autor na segunda edição da obra, há “vagas alegorias sobre a ditadura militar do país”, dos “primeiros loucos tempos de 1968, AI-5 e ebulição cultural” na coletânea de contos. (Abreu, 1995, p. 6, *apud* Nogueira, 2010).¹

O conto “Apeiron”, pertencente à supracitada obra, traz imagens que aludem ao objetivo da ditadura militar de homogeneizar a sociedade brasileira. Instaurado por meio de estratégias psicossociais, o regime militar lutava para “criar uma ordem social em que não cabia nenhuma diferença de pensamento, comportamento e/ou sentimento” (Rezende, 2013, p. 53). Paralelamente, durante o governo que exerceu a presidência brasileira entre 2019-2022, por meio de discursos de ódio, do desmantelamento e desfinanciamento de políticas públicas, intensificou-se um Estado de necropolítica, que ocasionou em um cerceamento de liberdade de figuras dissonantes do padrão ultraconservador definido como modelo aceitável durante o período político.

O artigo estabelece um paralelo entre esses dois intervalos históricos, considerando o objetivo de imprimir um padrão de comportamento à sociedade, aliado à análise das imagens do conto “Apeiron” pela perspectiva do *Imaginário* de Gilbert Durand, que traz como trajeto antropológico do imaginário a “incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social” (Durand, 2012, p. 41).

A investigação do conto sob o viés do imaginário permite comprovar a contemporaneidade da obra de Abreu, possibilitando correlacionar dois períodos políticos distintos, bem como evidenciar os aspectos regressivos do recente panorama político social brasileiro.

2 Ditadura militar e a pretensão de homogeneização da sociedade brasileira

A Escola Superior de Guerra, mesmo antes do golpe de 1964, já proclamava uma convergência de interesses entre militares e população civil. Após a instauração da ditadura, a imposição dessa crença tornou-se primordial, buscando legitimar o regime ditatorial.

¹ Publicado em 1970, *O inventário do irremediável* ganhou uma reedição em 1995, revista pelo autor. Com a supressão e revisão de alguns contos, Abreu relançou o livro com o título *O inventário do ir-remediável*, as alterações e o acréscimo do hífen representando a transformação em sua maneira de enxergar a vida (Pereira, 2008).

A tentativa de legitimação, conforme Rezende (2013, p. 32), ultrapassava um “artifício de imposição de uma forma de poder, mas [atuava] como arte de tentativa de padronização de todas as relações sociais”. O regime ultrapassou a “alocação autoritária de valores” que tampouco objetivava apenas a “manipulação do comportamento humano” ou a “obediência para um determinado sistema de poder” (Faria, 1978, p. 97-98, *apud* Rezende, 2013, p. 31), mas buscava a construção contínua de uma determinada ordem, aderida por todos, a uma dada forma de organização social (Rezende, 2013, p. 31).

A ESG estava na gênese das estratégias psicossociais que militares e civis que incorporaram o grupo de poder do regime militar aplicavam contra o povo. Amplamente empregado pelos condutores e ideólogos do regime, o termo psicossocial “expressava a intenção da ditadura de sedimentar um corpo de valores que possibilitasse a ordenação no campo subjetivo da ordem social pretendida pelo movimento de 1964” (Rezende, 2013, p. 18). A pretensão era, através das estratégias psicossociais, impor uma ordem social que garantiria a aceitabilidade do regime, entranhando-se nos recantos mais profundos da vida social e da mente do brasileiro, ultrapassando o âmbito objetivo para alcançar o subjetivo, enraizando seus valores e ideais na sociedade brasileira, eliminando toda e qualquer possibilidade de reação adversa à ditadura. Essa tentativa de homogeneização dos indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade, expõe uma das faces do caráter ditatorial de um regime que afirmava sua legitimidade democrática, enquanto buscava gerar submissão, subordinação e obediência.

Com valores extremamente conservadores, como um posicionamento ‘anticomunista’, uma defesa de um modelo de família, das propriedades privadas e do direito à religião (judai-co-cristã), dentre outros, a ditadura comungava com certos setores da sociedade brasileira. Essa correspondência não era coincidência, mas resultado de relatórios de sociólogos que respondiam à ESG e colaboravam com o regime.

Os segmentos que não compartilhavam os valores impingidos eram ‘contemplados’ pelos atos institucionais, usados para sufocar qualquer possibilidade de insubordinação ou para punir aqueles que se desviavam do padrão social e comportamental exigido.² Dentre os atos institucionais, destaca-se o AI-5, que institucionalizou a tortura e instaurou o período mais sombrio da ditadura.

O AI-5, a institucionalização e permissão para perseguição, tortura e/ou morte de figuras consideradas desviantes pela ditadura eram considerados repressão admissível no ideário da democracia ditatorial, pois aqueles que optavam por não aderir ao regime estariam “fora dos parâmetros democráticos, portanto, expostos a todos os males que isto acarretava. (...) A liberdade de pensamento, por exemplo, era permitida apenas àqueles que concordavam com o processo político em curso” (Rezende, 2013, p. 86).

Nesse cenário, a ditadura buscava impor uma nova ordem social em que os indivíduos deveriam partilhar uma mesma mentalidade, visando à uniformização da sociedade e ocasionando a “morte” da individualidade.

² Entre 1964 e 1969 foram emitidos 17 atos institucionais que consistiam em instrumentos para ratificar a suposta legalidade da ditadura, eles ampliavam os poderes do Executivo, autenticavam as violências e ilegalidades cometidas pela ditadura e eliminavam direitos intrínsecos do povo brasileiro.

3 Governo presidencial de 2019-2022 e o cerceamento da liberdade

Entre 2010 e 2014, o ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro ascendeu midiaticamente com falas misóginas, LGBTQIAPN+fóbicas, e racistas, além de afirmações repletas de desprezo pelos direitos humanos, apologia à tortura e apoio à ditadura militar brasileira. Nas redes sociais, encontrou terreno fértil para disseminar seus discursos de ódio e de segregação.

Em outubro de 2018, o resultado das urnas uniu o Brasil a Costa Rica, Paraguai, Venezuela, Colômbia e México, no que Carranza (2020) nomeou como a ascensão mundial do autoritarismo por vias democráticas na América Latina. O resultado também demonstrou que 55,13% da população brasileira, dos quais, 30,87% representavam votos brancos, nulos e abstenções, corroborava, de alguma forma, com os discursos do presidente eleito em 2018.

Considerando o discurso de ódio como “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas” (Zimmer, 2001, *apud* Brugger, 2010, p. 118), tem-se sua associação à necropolítica.

Pautado na teoria de biopoder de Michel Foucault (2005), o termo necropolítica, cunhado por Achille Mbembe, é a institucionalização de uma política de morte pelo Estado. (Bomfim, 2020). A política de morte seleciona indivíduos de acordo com a classe social, raça, gênero, orientação sexual e identidade de gênero; é o “racismo de Estado” de Foucault (2005, p. 73) ditando “quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018).

O racismo de Estado é um dos dispositivos do biopoder, pois vigora como o gerenciamento dos corpos biológicos. Através de uma análise histórica, Foucault demonstra a progressão do poder soberano ao estatal, no qual o poder absoluto do soberano sobre a vida do súdito é substituído pelo compromisso do Estado de preservar a vida. Entretanto, neste compromisso, o Estado passa a gerenciar os corpos biológicos: “natalidade, mortalidade, longevidade, deslocamentos, fecundidade, entre outros, tornam-se dispositivos de poder”, constituindo o biopoder (Missiatto, 2021, p. 3).

Nesse Estado em que o interesse é a preservação da vida, a ótica torna-se distorcida, pois se determina um grupo para ser protegido e resguardado pelo Estado, enquanto o restante é descartado (Bomfim, 2020, p. 157). Esse grupo é eleito com base na eugenia e “funciona como uma tecnologia de governo destinada a fazer viver aqueles grupos populacionais que melhor se adaptam ao perfil de produção requisitado pelo Estado moderno e capitalista” (Missiatto, 2021, p. 3).

Outro conceito vinculado à necropolítica é o estado de exceção, um vácuo em que os direitos são anulados em nome de proteger o Estado de uma ameaça ou crise. O estado de exceção não se dá pela ausência de legislação, mas “justamente pela existência de um ordenamento jurídico que lhe privilegia o uso de ferramentas para exterminar aqueles que ocuparem o lugar dos indesejados pelo Estado” (Missiatto, 2021, p. 5).

Durante o governo presidencial de Bolsonaro, houve uma expansão da necropolítica, o discurso de ódio e o dismantelamento das políticas públicas atuaram como mecanismos necropolíticos, criando estados de exceção que estabeleceram uma “base normativa do direito de matar” (Mbembe, 2018). Analisando pesquisas e dados do Anuário Brasileiro de Segurança

Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), podemos visualizar o impacto desse governo necropolítico.

O FBSP (2023, p. 16) demonstrou um crescimento de 6,1% nos feminicídios em 2022, totalizando em 1.437 mulheres mortas. Além dos atentados contra a vida, houve um aumento de 2,9% de agressões em “contexto de violência doméstica”, as ameaças se intensificaram em uma taxa de 7,2% e os registros de assédio sexual cresceram 49,7%, totalizando 6.114 casos. O FBSP definiu hipóteses para esse crescimento, duas das quais, referem-se à necropolítica adotada pelo então presidente:

1) em primeiro lugar, ressaltamos o desfinanciamento das políticas de proteção à mulher por parte da gestão de Jair Bolsonaro, que registrou a menor alocação orçamentária em uma década para as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher (FBSP, 2022); [...] 3) por fim, não há como dissociar o cenário de crescimento dos crimes de ódio da ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira, que elegeram o debate sobre igualdade de gênero como inimigo número um. (FBSP, 2023, p. 136-137)

As hipóteses refletem os instrumentos apontados como mecanismos necropolíticos da gestão governamental, enquanto os dados alarmantes demonstram o resultado em crimes de ódio contra a mulher. Na perspectiva de decidir “quem deve viver e quem deve morrer”, ao desfinanciar as políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, o chefe do executivo negligenciou vidas e garantiu a morte de centenas de mulheres.

No mesmo ano da morte de João Alberto Freitas, homem negro morto por espancamento e asfixia por dois seguranças no supermercado Carrefour, em Porto Alegre, o FBSP (2021) apontou que 78,9% das vítimas de intervenções policiais eram negras. No mesmo ano, indicou que “a concentração de vítimas negras é muito superior à composição racial da população brasileira, [56,3%] o que demonstra uma sobre-representação de negros entre as vítimas da letalidade policial” (FBSP, 2021, p. 67). Em 2022, esse índice saltou para 83,1%, aprofundando ainda mais a sobre-representação, sendo 6.429 mortos pela letalidade policial neste ano (FBSP, 2023, p. 65).³

Esses dados impactam ainda mais quando aliados ao discurso proferido pelo presidente durante sua campanha eleitoral, em entrevista televisiva:

Ele entra, resolve o problema, se matar 10, 15 ou 20 com dez ou trinta tiros cada um, ele tem que ser condecorado e não processado[...] Dar uma florzinha para eles? Ou atirar? Você tem que entrar e atirar, se não atirar, não vai resolver nunca. (Silva, 2020, p. 91)

³ Outro apontamento do Anuário de 2023 é a idade das vítimas de intervenções policiais com resultado de morte, 45,4% jovens de 18 a 24 anos. Esses dados consideram mortes decorrentes de intervenções policiais (MDIP) dentro e fora de serviço. O Anuário também calcula uma proporção de MDIP em relação às Mortes Violentas Intencionais (MVI) - categoria que agrega as vítimas de homicídio doloso (incluindo feminicídios e policiais assassinados), roubos seguidos de morte, lesão corporal seguida de morte e as mortes decorrentes de intervenções policiais - ou seja, calcula qual a porcentagem de mortes decorrentes de intervenções policiais dentre as mortes intencionais violentas. O percentual de 2019-2022 varia entre 12,7% (menor taxa deste período), referente a 2020, e 13,5% (maior taxa do intervalo supracitado) correspondente a 2022. Portanto, mais de 10% das mortes violentas intencionais brasileiras são de responsabilidade policial (FBSP, 2023, p. 64).

Além de incentivar e legitimar a morte por intervenção policial, desrespeitando os direitos humanos, as palavras podem ser classificadas como discurso de ódio, proferido em rede nacional, com alcance e impacto imensuráveis. O FBSP publicou várias pesquisas que revelam a repercussão desse discurso nas forças de segurança pública:

Pesquisa *Percepções dos Profissionais da Segurança Pública sobre os ataques às sedes dos três poderes* (FBSP, 2023) 63% dos policiais ouvidos afirmava acreditar que as forças de segurança pública estão contaminadas pelo discurso político e partidário e isso atrapalha suas atividades-fim.

Pesquisa *Policiais, Democracia e Direitos* (FBSP, 2022) indicava, similarmente, que entre 15% e 40% dos policiais poderiam ser considerados aderentes ou potenciais aderentes ao extremismo de direita.

Pesquisa *Política entre os policiais militares, civis e federais do Brasil* (FBSP, 2021), indicou aumento da adesão de policiais de todas as categorias à ideologia bolsonarista de extrema direita entre 2020 e 2021. (FBSP, 2023, p. 115)

Essas pesquisas refletem a problemática de uma política de morte do Estado e seus possíveis agentes. Outros mecanismos estão ligados ao reforço de estereótipos e processos de segregação de gênero bem como ataques a comunidades LGBTQIA+. ⁴ Todos esses dados apontam o discurso de ódio e o desmantelamento de políticas públicas como mecanismos de política da morte, demonstrando a vulnerabilidade a que indivíduos, de acordo com a classe social, raça, gênero, sexualidade e identidade de gênero, foram expostos durante esse período de governo presidencial, deixando-os sujeitos a espaços de exceção, em um Estado necropolítico que ditou “quem pode viver e quem deve morrer”. Esses mecanismos impunham identidades e comportamentos considerados aceitáveis, na tentativa de imprimir um padrão de conduta, de acordo com a ideologia ultraconservadora do governo, impondo um cerceamento de liberdade.

⁴ Esses dados também possibilitam elucidar alguns pontos levantados pelo FBSP, como a diferença entre as estatísticas referentes às vítimas de assassinato LGBTQIA+. Os dados produzidos pela sociedade civil, coletados pelas mídias sociais, - relatórios anuais da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) e do Grupo Gay da Bahia (GGB) - refletem o panorama da violência sofrida por esse grupo (FBSP, 2023). Enquanto as estatísticas oficiais apontam para 163 vítimas LGBTQIA+ de homicídio doloso no Brasil em 2022, o dossiê Mortes e violências contra LGBTQI+ contabilizou 228 vítimas LGBTQIA+ de homicídio no Brasil (Gastaldi; Benevides; Coutinho, 2023). Essa diferença de dados tem impacto negativo, pois a produção de dados oficiais é essencial para desenvolvimento de políticas públicas solucionadoras de problemas sociais. Aliado a esse apagamento, durante o governo presidencial de 2019-2022, tivemos também o desmantelamento de políticas públicas afirmativas voltadas à minoria LGBTQIA+, como por exemplo, a retirada dessa parcela da população das diretrizes de políticas públicas que compõem o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, incluindo mais um grupo de minorias sociais impactadas pela política de necropoder. Na época, a pasta foi designada a Damares Alves, que disseminou discursos de ódio, com declarações de que relações entre pessoas do mesmo sexo seriam uma “aberração” (Dimenstein, 2019), que “gays querem banir a Bíblia do Brasil” (Vídeo, 2019), e que “meninos devem usar azul, enquanto meninas, rosa.” (Folha UOL, 2019). Os discursos de Damares foram ratificados pelo então presidente, que não se limitava a tecer afirmações discriminatórias, mas de acordo com Silva (2020, p. 105), incentivava sutilmente seus seguidores a realizarem comentários preconceituosos e jocosos nas redes sociais, deixando-os fazerem por ele, isentando-se da autoria dos discursos de ódio, enquanto garantia sua disseminação.

4 Ditadura e Governo federal de 2019-2022: assassinos (da individualidade)

A ditadura militar brasileira e o governo presidencial de 2019-2022 implementaram, através de políticas de morte, o cerceamento da liberdade na tentativa de homogeneizar a conduta dos indivíduos e, consequentemente, da sociedade.

A ditadura apoiava-se na Escola Superior de Guerra e em suas estratégias psicossociais, com atos de exceção que institucionalizaram perseguições, torturas e mortes, enquanto no governo Bolsonaro foram desfinanciadas políticas públicas de proteção a minorias sociais que serviram como incentivo ao ataque desses mesmos grupos, em mecanismos necropolíticos.

Nesse panorama de necropolítica, na tentativa de manter-se vivo e se preservar, o indivíduo se invisibilizava, sufocando sua subjetividade, “matando” sua individualidade para garantir sua sobrevivência e/ou evitar sofrer discriminação.

5 Conto “Apeiron” e a morte da individualidade

Em sua pluralidade de interpretações, o conto “Apeiron”, de Caio Fernando Abreu, traz representações simbólicas que convergem com o arquétipo da morte. Ao final do conto, tem-se a imagem de um personagem-cadáver consciente, imóvel em um caixão, sendo velado por um sacerdote religioso.

Gilbert Durand (1988) define a alegoria como a figuração concreta de um signo com significado abstrato. Sob essa perspectiva, o personagem-cadáver assume uma alegoria da própria morte. Seu caixão seria um “emblema”, acessório que aprofunda a representação da alegoria, e o sacramento religioso constituiria um “apólogo”, contexto inserido que intensifica a expressão da alegoria.

O velório equivale também a “antífrase da morte”, como qualquer outro “ritual mortuário” (Durand, 2012, p. 238), sendo a antífrase, a intensificação do processo de eufemização. A imobilidade e rigidez do personagem - “os mesmos cabelos ao vento, ainda que rigidamente armados em torno da cabeça” - e seu “quieto coração” são imagens do arquétipo da morte (Abreu, 2018, p. 26-27).

O cadáver consciente constitui uma “unificação de contrários”, pois o cadáver implica em morte, enquanto a consciência implica em vida, sendo uma “eufemização” do arquétipo da morte, pois a torna menos definitiva, exorcizando sua finitude e parte da negatividade e terror do óbito (Durand, 2012).

O conto “Apeiron” indicia a morte da individualidade e padronização do pensamento e comportamento do sujeito, contendo uma série de imagens que descrevem esse processo de óbito simbólico e uniformização. Esse conteúdo simbólico encontraria correspondência com o objetivo do regime militar de “promover não o entorpecimento da consciência da maioria da população, mas formar uma consciência favorável e, portanto, participativa no sentido de defender e propagar, de forma contínua e sucessiva, os valores essenciais da ditadura” e do governo federal dos anos de 2019-2022 de reger os indivíduos de acordo com suas referências conservadoras de conduta (Rezende, 2013, p. 93).

Reorganizado por uma “matéria de bondade”, o personagem-cadáver encontra-se em um caixão com tampa com vidro. O vidro do caixão atua como um espelho, no qual o personagem percebe “num susto” as alterações em seu corpo, que regrediu a um estado anterior: a “todo um ser de antigamente, reestruturado” (Abreu, 2018, p. 26).

Durand (2012, p. 100) traz o espelho como “processo de desdobramento das imagens do eu, e assim símbolo do duplicado tenebroso da consciência”, demonstrando que a imagem que o personagem enxerga no “fundo do vidro” refere-se ao estado de seu corpo em resposta à condição de sua consciência (Abreu, 2018, p. 26).

A “matéria de bondade” que atua contra o personagem seria a representação das táticas de harmonização da sociedade aplicadas pela ditadura militar e também pelo governo de 2019-2022, respectivamente, as estratégias psicossociais e os mecanismos necropolíticos que impõem o cerceamento da liberdade.

Durante o processo de transformação, o personagem reconhece em si uma “limpidez”, “não de quem experimentou e venceu, mas a claridade que vinha duma isenção, como se nunca tivesse entrado no mundo” (Abreu, 2018, p.26). Considerando a identidade, dentre a complexidade de sua construção, como concebida parcialmente ao longo da trajetória de um indivíduo no mundo, essa “sensação” de nunca ter entrado no mundo, aliado à “claridade que vinha duma isenção” e “limpidez” evoca a imagem de anulação da identidade do personagem, construindo o processo de morte da individualidade (Abreu, 2018, p. 26).

Respaldando esse processo, o personagem perde suas marcas - “agora já não havia marcas, as marcas onde estavam?” - deixadas por suas vivências, do que experimentara: “a maldade, a devassidão, a frieza, o cálculo, o vício, o cinismo, a agressão” (Abreu, 2018, p. 26).

Em continuidade à recuperação integral de todo o ser antigo, o personagem, ainda que supostamente morto, sente “aquele brilho escorregando dos olhos” e sua tepidez, “aquela tepidez que faria com que as pessoas se aconchegassem lentas, tangíveis, ao alcance da mão” deixando-o (Abreu, 2018, p. 26). A tepidez, o “morno”, apesar de uma característica física, pode ser lida com uma face subjetiva, principalmente porque é perdida junto ao brilho dos olhos. Expresso como escorregamento, a perda da tepidez e brilho do olhar transmitem uma impressão de acontecimento em andamento, de lentidão, atuando como uma imagem do processo da morte da individualidade.

O narrador afirma: “ele que tinha sido siroco ardente ou minuano gélido, ele brisa, agora. Ou nem brisa: ausência de ventos” (Abreu, 2018, p. 26). A imagem dos ventos demonstra a dissipação dos sentimentos do personagem, antes intensos, variando de ardentes a gélidos, agora ausentes. A figura do vento para representar essa ausência é interessante pelo seu simbolismo de vaidade (Chevalier; Gheerbrant, 2015); vaidade enquanto “qualidade do que é vão, vazio”, (Houaiss; Villar, 2009, p. 1918) configura a metáfora como imagem do óbito simbólico do conto.

As escolhas lexicais e sintáticas efetuadas por Abreu também respaldam a ideia de abstração da identidade do personagem, em uma soma de orações coordenadas articuladas entre si por pontos finais, o sujeito mantém-se ausente. Optar pelo narrador em terceira pessoa, aprofunda essa perspectiva; o personagem não tem voz própria. A indeterminação do sujeito e o sufocamento de sua voz pelo narrador apontam a invisibilização do indivíduo que sustenta a teoria simbólica da morte da individualidade.

Considerando o simbolismo do conto e o paralelo estabelecido com os períodos políticos da ditadura militar e do governo de cerceamento de 2019-2022, considera-se que o sujeito, para preservar-se e manter-se vivo, sufoca sua própria identidade e subjetividade, matando sua individualidade. Ao se sufocar, o indivíduo se submete ao regime ou governo, permitindo que os períodos políticos o matem, metaforicamente. Essa morte, eufemizada, pode ser considerada um engolimento. Tomando o indivíduo como um “continente gulliverizado”, o sujeito engole sua própria individualidade enquanto é engolido pelo contexto social opressor em que está inserido. Logo, engole enquanto é engolido, numa eufemização e “redobramento da dupla negação” (Durand, 2012, p. 207).

Em um reflexo da consciência em reorganização do sujeito, seu corpo sofre alterações:

Tocava a pele dos braços buscando as asperezas, as brusquidões do rosto, aquele vinco amargo no canto da boca, (...) — onde haviam ficado? Seus dedos lisos deslizavam mansos numa superfície doce, assim mesmo, com todos os adjetivos suaves. Não mais as brucas paradas (...) E tudo, tudo voltava a ser antigo, e no entanto novo, compreende? (Abreu, 2018, p. 26)

A suavização de seu corpo, a ausência das marcas físicas é a representação material da perda de identidade e, conseqüente morte da individualidade, bem como a ausência da ação do tempo sobre seu corpo e uma perda dos limites corpóreos. A perda dos limites estende-se à consciência que se condensa em uma massa padronizada obtida pela política dos períodos históricos de cerceamento.

Considerando a teorização de Anaximandro (c.612-545 a.C.), o cosmos seria originário de Apeiron, o ilimitado (Audi, 1999). De acordo com Freire (2015, p. 43) Apeiron, também o “indeterminado”, significa a ausência de limites. Logo, esse processo de reorganização e transformação do personagem em um ser “antigo, e, no entanto novo”, o cadáver com consciência e perda dos seus limites do corpo e da mente seria o Apeiron agindo sobre o personagem por meio da “matéria de bondade” (Abreu, 2018, p. 2018).

A afirmação “tudo voltava a ser antigo, e no entanto novo, compreende?”, aponta que não se trata apenas de uma retorno ao ser antigo, mas uma reorganização em um novo indivíduo padronizado de acordo com os preceitos de determinados regimes políticos (Abreu, 2018, p. 26).

As cores, sob a percepção C. G. Jung, trazida por Chevalier e Gheerbrant (2015, p. 280), “exprimem as principais funções psíquicas do homem, pensamento, sentimento, intuição, sensação”, tornando o segmento “tinha campinas verdes pelo cérebro e colinas suaves e palmeiras esguias e um céu cor-de-rosa encobrindo um lago azul no quieto coração”, uma representação imagética da morte da individualidade e conseqüente padronização do indivíduo (Abreu, 2018, p. 27).

Wernert afirma que (*apud* Durand, 2012, p. 141) “para o primitivo, a cabeça é centro e princípio de vida, de força física e psíquica, e também receptáculo do espírito”. O cérebro/cabeça de campinas verdes, cor “mais calma que existe, uma cor sem alegria, sem tristeza, sem paixão, que nada exige” (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 942), seria um espaço de neutralidade. Diante das repressões sociais promovidas pelo Estado, o centro da força física e psíquica, se ‘neutraliza’.

O coração, outro centro vital do ser humano, apresenta um “céu cor-de-rosa encobrendo um lago azul” (Abreu, 2018, p. 27). Durand (2012) apresenta a água como um espelho originário, porém no conto o lago não reflete o céu. Essa dicotomia é a imagem entre quem o indivíduo era e quem ele se tornou, é a representação imagética da morte da individualidade e reorganização do sujeito em um padrão. A cor rosa, composta por vermelho e branco com seus símbolos de morte e luto, traz a morte da capacidade de discernimento, um encerramento do processo de reorganização da “matéria de bondade” traduzido na incapacidade de se posicionar contra os valores impostos ao sujeito. O azul, uma das cores mais imateriais, simbolizando na natureza a transparência, o vazio acumulado (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 107) aponta para uma renúncia, uma submissão aos valores promulgados pelo Estado.

O abando da subjetividade se expressa em “Sem asperezas. Envernizado. Inatingível. Definitivo. (...) Atingira a bondade absoluta (...) Sólido em sua meiguice” (Abreu, 2018, p. 27) em que a submissão aos valores impostos por um determinado regime social anula a vida contida até nas palavras, pois o grito sufocado dilui-se no cadáver-(semi)consciente.

O conto finaliza com a frase “Em breve viriam os vermes” (Abreu, 2018, p. 27). Vermes que assumem a vida perdida pelo sufocamento, pelo aniquilamento, pela padronização, pelos contextos sociais opressores que tendem a se repetir na história política brasileira.

6 Simetrias políticas e a morte da individualidade

Analisar o conto “Apeiron”, sob a perspectiva do imaginário e do entrelaçamento com o contexto político em que foi escrito – da ditadura militar com suas estratégias psicossociais de homogeneização – indica a possibilidade de atualizações de sua leitura e recepção em outros contextos sociais. As tentativas de padronização de valores e rejeição de determinados segmentos sociais do governo presidencial de 2019-2022 comprovam a contemporaneidade da obra de Caio Fernando Abreu diante de panoramas sociopolíticos opressores.

Apesar de décadas de distanciamento, políticas de morte continuam sendo aplicadas contra a população brasileira, utilizando mecanismos necropolíticos que visam à adesão dos indivíduos a valores sociais ultraconservadores.

A literatura mostra sua força reflexiva ao levar o leitor do conto a se perguntar como pode se perpetuar um Estado que determina quem pode viver, quem deve morrer.

REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Fernando. Eu quero biografar o humano do meu tempo: entrevista. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Caderno 2, p. 51, 27 ago. 1996. Entrevista concedida à Kil Abreu.

Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960827-37568-nac-0051-cd2-d2-not>. Acesso em: 03 abr. 2024.

ABREU, Caio Fernando. *Contos completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AUDI, Robert. *The Cambridge dictionary of philosophy*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1999.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: Homo Sacer*, II, I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BOMFIM, Rainer; SALLES, Victória Taglialegna; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes. NECROPOLÍTICA TRANS: o gênero, cor e raça das LGBTI que morrem no Brasil são definidos pelo racismo de Estado. *Argumenta Journal Law*, [S. l.], n. 31, p. 153-170, 2020. Disponível em: <https://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/326>. Acesso em: 13 maio 2024.

BRUGGER, W. Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano. *Direito Público*, [S. l.], v. 4, n. 15, 2010. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1418>. Acesso em: 13 maio 2024.

CARRANZA, Brenda. Apresentação-Erosão das democracias latino-americanas: a ascensão política dos cristãos. *Ciencias Sociales y Religión*, Campinas, São Paulo, v. 22, p. e02-13, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8670119>. Acesso em: 03 abr. 2024.

DIMENSTEIN, Gilberto. Dimenstein: Damares diz que sexo entre mulheres é “aberração”. *Catraca livre*, 09 jan. 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/dimenstein/1708672/>. Acesso em 04 abr. 2024.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. Tradução: Hélder Goldinho. 4. ed, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Tradução: Eliane Fittipaldi Pereira. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade São Paulo, 1988.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, figuras, cores, números*. Tradução: Vera da Costa e Silva. 27. ed., Rio de Janeiro: J. Olympio, 2015.

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. Tradução: Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo, 1984.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. *15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. *16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 02 abr. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2005.

FREIRE, João Batista. Noções aristotélicas em Anaximandro: ápeiron como elemento primordial e o que pensou Aristóteles sobre o indefinido. *Griot: Revista de Filosofia*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 36-44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/644>. Acesso em: 13 maio 2024.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; BENEVIDES, Bruna; COUTINHO, Gustavo (org.). *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis: Acontece, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 04 maio 2024.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: Biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

Folha UOL. MENINO veste azul e menina veste rosa diz Damares. *Folha de S. Paulo*. 3 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso em: 04 abr. 2024.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Necrodiscursos: Discursos articulados pelas políticas da morte. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17302>. Acesso em: 13 maio 2024.

NOGUEIRA, Roberto Círio. Antagonismos político-sociais em Caio Fernando de Abreu. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*. Santa Maria, v. 3, 2010. Disponível em: http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie03/art_12.php. Acesso em: 02 abr. 2024.

PEREIRA, Valéria de Freitas. Caio Fernando Abreu em Inventário do irremediável: navegante de águas turvas. 2008. Dissertação (Mestrado em literatura brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001717191>. Acesso em: 02 maio 2024.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil*: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. Londrina: Eduel, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SILVA, Cris Guimarães Cirino da. *O bolsonarismo da esfera pública*: uma análise Foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, *fake news* e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7664/11/Disserta%C3%A7%C3%A3o_CrisSilva_PPGL.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024.

VÍDEO: Damares diz que gays querem banir a Bíblia do Brasil. *Revista Lado A*. Curitiba, 16 jan 2019. Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2019/01/noticias/video-damares-diz-que-gays-querem-banir-a-biblia-no-brasil/>. Acesso em: 04 maio 2024.